

Política: o diálogo impossível?
Conversa entre Bernhard Scholz e Raúl Fernandes
organizada pela Revista Passos – 22 de novembro de 2020

Raúl. Boa tarde a todos! Eu sou Raúl Fernandes, dou as boas-vindas a todos para mais esta *live* da Revista Passos.

Nós estamos vivendo no Brasil um novo ciclo eleitoral: as eleições municipais; todos nós votamos na semana passada, alguns de nós vão votar novamente no fim da semana que vem. E todos nos defrontamos com esta dificuldade: o desafio de escolher os nossos candidatos. Que é um desafio ainda mais importante, ainda mais difícil neste contexto de radicalização e ideologização da política que nós estamos vivendo. Foi a partir da constatação disso que nasceu a pergunta que serve de mote para este encontro nosso de hoje: “Política: um diálogo impossível?” Para nos ajudar a enfrentar esta questão e para nos ajudar a entender a política de maneira mais ampla, verificando que a política diz respeito não apenas ao momento do voto, mas é uma dimensão que faz parte da nossa vida cotidiana, dos nossos relacionamentos, do nosso trabalho, etc., nós convidamos o nosso amigo Bernhard Scholz – a quem eu já de imediato agradeço – para nos ajudar a retomar esta dimensão da política como serviço, como disse o Papa recentemente, como construção do bem comum.

Bernhard é alemão, vive há muitos anos na Itália, é jornalista, consultor, estudou História Moderna e Ciência Política na universidade, trabalha desde os anos 90 com consultoria e cursos de formação profissional para pequenas empresas e profissionais. Durante doze anos foi presidente da Companhia das Obras, que é uma iniciativa nascida na Itália e presente em muitos países, inclusive no Brasil, e tem como objetivo ajudar as empresas e os profissionais que trabalham nelas a exercer suas funções em vista justamente do bem comum. No início deste ano, 2020, Bernhard assumiu a presidência da Fundação Meeting da Amizade entre os Povos (em Rímíni, na Itália), que é uma iniciativa do movimento Comunhão e Libertação e tem como objetivo também reunir, e vem fazendo-o há mais de 30 anos, milhares de pessoas do mundo todo, para a promoção de um diálogo com personalidades do mundo cultural, artístico, político, científico, procurando justamente um ambiente de construção comum e de diálogo entre diferentes tradições. Essa experiência do Bernhard certamente será muito enriquecedora para nós, porque o nosso objetivo aqui, justamente como eu disse, é aprender um critério para trabalhar com a política que não seja meramente ideológico, e resgatar o ideal da política. Então Bernhard, com a experiência que tem, e por conhecer em diversos países iniciativas não só empresariais, mas também de serviços de solidariedade, iniciativas sociais, certamente tem uma formação e uma capacidade de contribuir para este debate conosco, e por isso este convite.

Para começar o diálogo, tínhamos pensado em outra pergunta, mas invertemos a ordem em virtude de um acontecimento bem recente que aconteceu no Brasil, que foi a morte de uma pessoa chamada João Alberto, por seguranças de um estabelecimento comercial há três dias, num episódio que está sendo encarado por muitos como de racismo e tem gerado protestos em todo o país, alguns deles muito violentos. Eu gostaria de ligar este acontecimento recente, que tem mobilizado muito a opinião pública aqui no Brasil, a dois outros temas.

O primeiro deles é uma frase do sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro, que dizia só haver duas opções na vida, uma delas seria a resignação e a outra a indignação. Diante de episódios de racismo e violência, como os que nós presenciamos aqui recentemente, mesmo diante da corrupção e da desigualdade social, muitas vezes parece que a indignação é o único ponto de partida para a ação política. Por outro lado, presenciamos este ano a experiência do Meeting de Rímíni, promovida por você e por amigos, que foi uma surpresa muito grande, e um sinal de esperança, de positividade e de construção em um momento particularmente difícil que estamos atravessando hoje, em virtude da pandemia. Então a pergunta que eu gostaria de fazer para iniciar o diálogo é: é verdade que a única possibilidade de não ficarmos resignados diante dos

problemas é a indignação? Qual é a diferença entre a indignação e a possibilidade de construção e de esperança que verificamos com o Meeting?

Bernhard. Obrigado, Raúl, por este convite e por poder falar nesta *live* com pessoas que conheci em minhas viagens no Brasil. O fato para o qual você chamou a atenção foi noticiado também na Europa, em todos os telejornais europeus. É claro que, diante de uma tal violência, uma pessoa sente dentro de si também a indignação, a raiva, em um primeiro momento. A grande tentação é sentir-se impotente diante de um acontecimento assim. É este sentimento de impotência, de não poder fazer nada, que aumenta a indignação que leva ao protesto. E então é preciso perguntar-me o que eu tenho a ver com esse fato. E assim posso descobrir que a violência é uma tentação de cada um de nós, expressa evidentemente em graus diferentes, não de uma maneira tão brutal. E como é possível superar a violência? Quando a pessoa considera a grandeza, a dignidade da própria vida como dom. Se essas duas pessoas que agrediram esse cliente tivessem encontrado um lugar onde tivessem podido fazer uma experiência positiva da própria vida, não teriam reagido assim. O que quer dizer isto? Que cada empenho nosso para tornar a nós mesmos e aos outros conscientes da positividade, da grandeza da própria vida e da vida do outro é algo importantíssimo. É claro que, diante deste fato, a Justiça precisa fazer seu trabalho, mas, ao mesmo tempo, é um chamado de atenção para cada um de nós, para que não deixemos nunca de construir lugares de humanidade verdadeira. Essa sensação de impotência deve, paradoxalmente, multiplicar o nosso empenho. Nós não podemos passar a vida olhando, temos que passar a vida construindo.

Raúl. Obrigado, Bernhard! A segunda pergunta que queríamos fazer é sobre a unidade dos cristãos na política, sobre os critérios. A unidade política dos católicos nunca foi uma regra geral e foi pedida pela hierarquia apenas em situações históricas e políticas bem específicas. Ao mesmo tempo, o ímpeto e a tensão à unidade são uma característica nossa, e o sinal da presença de Cristo na história é a unidade dos cristãos, muito mais que a nossa coerência individual. Com a polarização atual, às vezes parece que somos divididos politicamente exatamente como os outros. Então, sem nenhuma pretensão de construir uma unidade política, eu pergunto: qual é o valor da nossa unidade na política? Qual seria a maior preocupação? Quais os fatores em que deveríamos mais prestar atenção?

Bernhard. Antes de mais nada, precisamos compreender bem o que entendemos por unidade dos católicos. A unidade não é algo que nós fazemos. A unidade nasce do fato de sermos todos chamados por Cristo, é um dado objetivo através do Batismo. E depois a nossa vida é uma contínua busca de exprimir esta unidade através da vida que vivemos. A unidade é algo dinâmico, uma tentativa, uma busca, um constante empenhar-se para dar uma maior expressividade a essa unidade. Não é uma coisa estática, são relacionamentos que crescem. Se olhamos para a unidade do matrimônio, é um contínuo aprofundamento da unidade dada pelo Sacramento. Também a unidade social dos católicos se expressou de maneira muito diferente entre os primeiros cristãos, na Idade Média e na Modernidade. E a unidade foi um ponto, um reconhecimento que dá um contínuo início a uma nova vida. Isso não quer dizer que estejamos imediatamente de acordo, mas justamente porque somos unidos, procuramos juntos a verdade e a unidade. Pedro e Paulo também discutiram não para construir a unidade, mas para exprimir a unidade na verdade. Porque a unidade é dada. Então, no campo político, há uma tensão em direção à unidade. Neste momento histórico, um partido católico é uma coisa irreal.

O quer dizer, então, viver essa tensão, no sentido de tender a algo? Quer dizer que, se nós temos uma orientação política diferente, procuremos superar as brigas e as contraposições e entrar num diálogo verdadeiro. Porque um partido não é uma religião, é um instrumento, e então podemos dialogar também se estamos em partidos diferentes. Eu penso que, neste momento histórico, a unidade dos católicos que estão também em partidos diferentes é um jeito de criar diálogo onde, de outra forma, só haveria contraposição. Neste momento histórico, portanto, a

tarefa dos católicos que estão em partidos diferentes é criar um diálogo a favor do bem comum, superando as contraposições estéreis. Em muitos países vemos partidos que se contrapõem sempre. Para a democracia, o diálogo entre os partidos é decisivo no parlamento. E eu penso que um católico hoje, em um partido, tem a tarefa de dizer que a política não é a salvação, mas é uma forma de contribuir para o bem comum e superar as contraposições ideológicas, onde quer que esteja.

Raúl. Sobre essa questão que você mencionou agora, da política como expressão de uma unidade que nós já vivemos, como um dado da nossa experiência, às vezes percebemos que muitos de nós parece que baseiam a questão da escolha política não nesse reconhecimento da unidade ou no desejo do diálogo, mas simplesmente na afirmação de certos valores. Os valores, obviamente, têm sua importância, mas a questão é que muitas vezes parece que o único critério para a escolha do candidato é uma certa coerência moral com valores nossos. Como podemos superar esta questão de olhar apenas para os valores e também como podemos lidar com a falta de opções entre os candidatos, quando não reconhecemos nenhum deles como sendo “bom”. Muitas vezes a gente vota no menos ruim, e não no candidato que gostaríamos. Então a questão dos valores, se é isto o que baseia o critério do diálogo e da escolha, e a necessidade muitas vezes de votarmos em certos candidatos por falta de opção. Como você vê isto?

Bernhard. Então, preciso fazer uma premissa para responder a esta pergunta. O Estado moderno, justamente em nome da liberdade, vive de pressupostos que ele mesmo não pode criar. O Estado não pode criar valores; os valores nascem da sociedade, das experiências civis, religiosas, culturais. O Estado não pode criar a paixão de um professor, o sacrifício de uma mãe, a dedicação de um médico, a criatividade de um trabalhador, a curiosidade de um cientista. O Estado não pode criar o que é fundamental para a nossa vida. O Estado pode criar as condições mais favoráveis ou mais de obstáculo, mas não pode criar, não é gerador. Então o primeiro critério é se a política favorece a iniciativa da sociedade, das comunidades, ou se ela se impõe como entidade salvadora. Então a liberdade religiosa e a subsidiariedade são os critérios mais fundamentais, porque sem eles não há liberdade, não há iniciativa, há só alienação. É claro que os valores são importantes e o Estado pode protegê-los. Mas vivemos em um momento de grande mudança cultural, no qual muitos desses valores perderam o reconhecimento como evidência, porque dependem da educação, da experiência pessoal. Então precisamos ter a prudência de avaliar bem se, em uma determinada situação, é possível ainda ter a proteção de certos valores como único critério.

Deste ponto de vista, quero acrescentar uma observação: muitas vezes se diz que não se pode votar somente para evitar o pior. É claro que isso fere o nosso orgulho de sermos resolutivos, porque queremos que as coisas se resolvam politicamente. Mas essa ferida deve tornar-se fecunda. Porque, se eu me dou conta de que um certo tema que eu prezo muito não pode ser resolvido politicamente neste momento, isso quer dizer que eu devo me empenhar culturalmente, educativamente e socialmente para uma mudança a nível da sociedade. Porque o Estado não pode promover mudanças culturais que dependem da sociedade. Claro, até um certo ponto pode fazê-lo! Mas esse ponto pode estar muito distante.

Raúl. Estas são questões com as quais estamos lidando aqui no Brasil. Isso levanta para nós a questão do caráter ideológico do debate político. Nós experimentamos, não só aqui no Brasil, essa polarização política. E a tendência é sempre achar que nós estamos certos e que quem é ideológico é o outro, é sempre quem pensa diferente. Como podemos nos ajudar a ver de onde partir e entender que nós mesmos, muitas vezes, tentando aplicar estes critérios, podemos agir de maneira redutiva, ideológica? Acrescento aqui uma observação: João Paulo II havia dito que “devemos defender a Verdade a todo custo, mesmo que voltemos a ser apenas doze”, mas até isso pode ser vivido com agressividade, com a postura de defesa, como afirmação ideológica. Como podemos nos ajudar a escapar desta visão ideológica das coisas?

Bernhard. Então, o que é uma ideologia? Ideologia é afirmar um princípio da vida como salvífico. O marxismo fez isso com a justiça social, o nazismo com a raça, o nacionalismo com a nação. Também o cristianismo algumas vezes afirmou uma regra social ou moral como último ponto salvífico. O que acontece é que o desejo de infinito começa a apoiar-se sobre algo finito. Então quem tem a consciência do infinito e vive o relacionamento com o infinito até o fundo, é bastante imune à ideologia. Porque ele sabe que não há nada, a não ser Deus que pode salvar o homem. E é esta a verdade que deve ser defendida. Porque é defendida a verdade de que o homem não salva o homem, mas é Deus quem salva o homem. E esta diversidade é salva a todo custo, através do testemunho. E a todo custo quer dizer até o martírio. Se quisermos entender o que quer dizer defender a verdade, temos de olhar para a vida dos santos. Eles não impuseram aos outros alguma coisa, mas deram a própria vida por eles, como fez Jesus. A verdade se defende dando a própria vida.

Raúl. Você disse coisas muito importantes, a política não é um elemento de salvação para nós. Temos a tendência de viver a política com muito ceticismo e até com indiferença. Às vezes há a tendência de apostar em um projeto político como salvação, mas, diante do fracasso disso, o ceticismo total. Então a política também está passando por um processo de descrédito muito forte. Mas não queremos ficar indiferentes às coisas e temos um desejo de construir algo verdadeiro na vida. Você fez referência à necessidade de testemunho e de construção na sociedade, que as coisas não dependam só do Estado. Gostaria que você aprofundasse um pouco a questão da dimensão da política no nosso cotidiano.

Bernhard. Para tomar uma posição política temos de ter uma posição pessoal. Por exemplo, se você é professor universitário ou professor de uma escola de Ensino Médio e se pergunta quais são as condições mais importantes para que eu possa educar melhor os jovens, nasce uma posição política. Se você é um empreendedor e se pergunta como podemos mudar as leis para que eu possa dar trabalho a mais pessoas, nasce da experiência pessoal uma ideia política. E isto vale para quem trabalha em obras sociais e nos hospitais, para quem deve procurar moradia e vê que está muito caro, isto é, a posição política deve nascer da posição pessoal diante dos desafios da vida. E então eu peço à política que sustente um bem que vejo possível, mas um bem no qual estou envolvido, não fico passivo. Muitas vezes vemos uma passividade de um lado ou uma pretensão do outro. Essa passividade e essa pretensão estão, muitas vezes, juntas. Se eu dialogo com a política em nome de um bem que se está criando, são outros quinhentos, porque aí eu não peço à política que me substitua, mas que me ajude. E é este o diálogo entre a política e a sociedade civil: uma sociedade ativa que pede à política que apoie as suas atividades. Uma vez que isto não é muito frequente, é preciso criar exemplos, ou criar experiências que se tornem exemplificativas. Por exemplo, vocês têm a Associação dos Trabalhadores sem Terra, que é um belíssimo exemplo [*Schoz refere-se à ATST – Associação dos Trabalhadores Sem Terra, gerenciada por Cleuza Ramos e Marcos Zerbini, em São Paulo*].

Raúl. É muito interessante, Bernhard, e eu acho que ajuda a entender os dois critérios que você tinha citado na resposta anterior, quando tinha citado “a liberdade religiosa” e a “subsidiariedade”. Para nós, aqui no Brasil, o tema da subsidiariedade é muito pouco claro. E foi importante o que você acabou de dizer, que a política não veio para nos substituir, mas para ajudar a iniciativa das pessoas. Essa é uma questão que para nós, aqui no Brasil, devido à nossa tradição histórica e política, é pouco clara, e muitas vezes mal interpretada, porque é muitas vezes tomada como sinônimo de privatizações e outras coisas. Não que em si sejam negativas, mas não é a mesma coisa. Será que você poderia nos ajudar a esclarecer um pouco essas questões?

Bernhard. A subsidiariedade é algo que pressupõe o crescimento da responsabilidade das pessoas dentro da sociedade civil. E isso é um desenvolvimento, uma evolução, não nasce de uma hora para outra. É uma tomada de consciência que vem com o tempo. Porém é preciso reforçar essa tomada de consciência, sobretudo através das experiências que vão nessa direção. Então, se alguém faz algo positivo no âmbito privado que tem um valor público, então isso é um exemplo. Depois, além do que dissemos da ATST, há muitos outros exemplos no Brasil que demonstram a possibilidade, a bondade e grandeza desses exemplos para todos.

Raúl. Essa questão que você está comentando tem a ver com Estado, economia e sociedade. Pensando agora, especificamente no âmbito da pandemia, vimos aqui no Brasil (e isso deve ter ocorrido na Itália e em outros lugares) que parece ter crescido um protagonismo da sociedade civil. Aqui no Brasil verificou-se que nunca houve tantas doações e investimento social privado em uma série de iniciativas. Ao mesmo tempo, essa situação de emergência da pandemia e a crise decorrente dela fizeram com que reconhecêssemos que o Estado tem um papel muito importante. No Brasil houve um movimento de complementação de renda para os mais pobres muito importante. Como essa situação reconfigura a distribuição das responsabilidades à luz do princípio da subsidiariedade? O que significa, neste momento em que as pessoas estão precisando de um auxílio do Estado, o lema de que a gente não deve favorecer apenas o Estado, mas também a sociedade? Qual deve ser a nossa contribuição na vida social para favorecer essa construção mais harmônica e aumentar o impacto desses programas? Como é possível que depois da pandemia possa nascer uma economia diferente – ligo também com a questão da “Economia de Francisco” –?

Bernhard. É claro que esta pandemia trouxe diversas mudanças às vidas das pessoas. Por exemplo, diante de tanto sofrimento nasceu também muita solidariedade, como você acabou de dizer. Mas também o Estado, na medida do possível, buscou ajudar em diversas situações, e buscou ajudar onde havia necessidade. Então, o que devemos desejar que aconteça? Que essas iniciativas de solidariedade se tornem duradouras. Que o Estado aprenda a incentivar quem toma a iniciativa. Então nós podemos desejar que esta mudança permaneça. Não é óbvio, porque geralmente, quando terminam as emergências, as coisas voltam a ser como eram antes. É preciso então ser mais radical – no sentido de ir às raízes –, levar a sério as perguntas que a pandemia faz surgir. Por exemplo: por que as pessoas tomam iniciativa diante do sofrimento? Por que, pelo fato de estarmos em confinamento, nós nos fazemos tantas perguntas sobre nossa existência? Que significado têm os relacionamentos que vivemos? Dependem do fato de nos vermos mais, todos os dias? Podemos descobrir muito mais quem somos e que vivemos muitas vezes nossos relacionamentos como distração e não como crescimento recíproco. Frequentemente nos esquecemos do desejo de bem que temos dentro de nós. Então nos perguntamos também: para que serve a economia? Serve só para o lucro ou para gerar um bem comum? Eu penso que esta situação de crise deve ajudar-nos a fazer perguntas verdadeiras. Porque, se nos bastamos com as respostas imediatas, perdemos a possibilidade de uma consciência mais profunda de quem somos, pessoal e socialmente. Por exemplo, nós dependemos das circunstâncias, mesmo que difíceis, diante da pandemia, ou há algo que nos faça enfrentar essas circunstâncias? É, pois, um momento que nos ajuda nos tornarmos mais conscientes de nós mesmos. Penso que isso seja fundamental neste momento histórico, pois devemos enfrentar muitas incertezas sobre o futuro, e se não temos uma certeza de nossa própria identidade fica muito mais complicado.

Raúl. Entre essas incertezas, Bernhard, vivemos um contexto de grandes mudanças. Parece que até alguns anos atrás tínhamos referências mais sólidas, também do ponto de vista econômico, internacional, e vários dos aspectos dessa herança têm sido questionados, negados. Exemplos de fenômeno internacional: o descrédito da ONU, a saída do Reino Unido da União Europeia (o Brexit), mas também a política antissistema de Donald Trump, e aqui também no Brasil; parece

que a gente se vê incapaz de decidir coletivamente “para onde vamos”. Há um filósofo norte-americano, Cornel West, que apresentou um vídeo no Meeting de Rímíni deste ano, no qual fala do “fim da democracia”. Gostaria que a gente comentasse um pouco. Qual é o risco? O que está em jogo nesta questão?

Bernhard. Bom, se o futuro é incerto, econômica ou socialmente, se é muito difícil, então há o risco de as pessoas irem em busca do “homem forte”, de buscarem o Salvador aqui na Terra. Esse é o risco. Falamos da “democracia”. No entanto, os problemas são tão complexos que, mesmo que existisse o “homem forte”, ele não poderia resolvê-los. Isso nós vemos em todos os lugares, é só ler a história contemporânea. O que acontece é que são criadas ilusões que são posteriormente desacreditadas e, em seguida, criam-se novas expectativas diante de novas promessas. É a política das promessas constantes. Com todas as ilusões inevitáveis. No entanto, a democracia significa pessoas que assumem responsabilidades, para além das iniciativas das quais falamos antes. Ou seja, tomam uma posição política através de uma posição humana diante da vida; precisa saber dialogar, informar-se, valorizar, ponderar; requer que sejamos pacientes. Ou seja, a democracia não é uma coisa fácil. Como diziam os nossos antepassados, trata-se do amadurecimento das virtudes sociais, das virtudes das relações, e sem essas virtudes não teremos condições de enfrentar os problemas que devemos enfrentar. Darei apenas um exemplo: não só no Brasil, mas igualmente nas cidades europeias, temos o problema com as periferias. A política atual conseguiu resolver só até certo ponto as questões sociais das periferias. Quando é que se enfrenta adequadamente? Quando há pessoas que vão para as periferias, vivem nessas circunstâncias e enfrentam com aquelas pessoas os problemas cotidianos. E isso quer dizer que muitos dos problemas nós não podemos enfrentar delegando a solução à política. Mas a existência das “periferias” é uma das razões pela quais nós vamos votar em determinados políticos, em determinados partidos. Pois isso mostra a radicalização (raiz). É claro que desejamos também uma política de contenção, mas isso não resolve a questão. Isso é para mostrar que a política é uma coisa importante na nossa vida, mas que muitas coisas que são importantes para nós, não é ela quem vai resolver. É o povo quem vai resolver. E então, quanto mais a democracia entra em crise, mais isso demonstra que precisamos da democracia. Mas a democracia não se resume ao fato de a cada quatro anos eu poder votar. Esse é um aspecto importante, mas é apenas um aspecto da democracia. A parte mais importante é que o povo assuma as suas responsabilidades diante dos problemas da vida, e por isso eu retorno à primeira questão: todo aquele que cria lugares onde se vive positivamente a vida ajuda a sociedade a resolver os seus problemas. Estamos todos como que em círculos concêntricos.

Raúl. Bernard, saindo um pouco do roteiro que havíamos pensado, você citou dois aspectos essenciais para a democracia: as pessoas assumirem a própria iniciativa e o diálogo. Eu gostaria de aproveitar a sua presença para esclarecer a noção de “diálogo”. Hoje há um discurso muito difundido acerca da questão da tolerância e da diversidade, que são aspectos importantes mas que nem sempre conseguem fundamentar um “diálogo verdadeiro”. Parece-me que no atual contexto a educação para um diálogo verdadeiro seja uma virtude e uma necessidade. Eu gostaria de perguntar a você como podemos ajudar-nos a entender e aprender o que significa verdadeiramente um diálogo, sem o qual não existe convivência, não existe democracia.

Bernhard. Há um conceito equivocado de diálogo que é, de fato, o contrário de diálogo. Pois é uma forma de indiferença. Eu te tolero, mas não me interesso por você. Enquanto o diálogo só nasce do fato de eu estar verdadeiramente interessado por você. Façamos um exemplo concreto, voltemos ao exemplo das periferias. Diante deste problema eu posso ter um determinado posicionamento político e você outro. Eu posso ser “tolerante” com você e dizer: “Eu tenho a minha posição e você tem a sua”. Mas se eu estou realmente interessado na solução dos problemas das pessoas que vivem nas periferias, e se eu não os instrumentalizo para afirmar o meu partido – até porque muitos desses problemas são apenas instrumentalizados –, mas se eu

estiver realmente interessado na vida das pessoas que vivem na periferia, eu diria a você: “Como é que você vê esses problemas, quais as soluções que você propõe?” Depois eu te pergunto: “Por quais motivos você sugere essas soluções?” É nisso que nasce o diálogo. Porque eu te pergunto o que você propõe e porque você propõe! Então, um diálogo pressupõe um interesse autêntico. Tão autêntico que eu pergunto aos outros como querem enfrentar esse problema. E, então, superamos as barreiras ideológicas. Porque você não faz uma pergunta abstrata – a justiça social universal. Dizemos: “Temos na periferia pessoas que não conseguem trabalhar, que estão drogadas, que têm dificuldades com a criação dos filhos”. E a coisa bonita é que normalmente este tipo de diálogo aproxima as pessoas e aproxima a solução. Podemos até descobrir que, infelizmente, há pessoas que não estão interessadas nesse tipo de diálogo, pois buscam instrumentalizar o problema. Porém, nesse ponto, tendo feito a pergunta, torna evidente que essa pessoa não está interessada, realmente, na solução dos problemas. Eu não sou ingênuo, ou daqueles que dizem que o diálogo é um caminho fácil; não, é um caminho muito exigente (que requer muito de nós). Então a solução é um compromisso, porque não pode ser uma resposta “tudo ou nada”, é um passo depois do outro. O diálogo é absolutamente necessário para podermos viver a própria responsabilidade.

Raúl. Obrigado, Bernard. Há uma última pergunta que gostaria de fazer, pensando nas perspectivas para depois da retomada. Antes mesmo dessa situação que estamos vivendo, estávamos vivenciando profundas mudanças na sociedade, em particular no mercado de trabalho, com toda a situação da digitalização e da mecanização. Tudo isso parece que foi acelerado pela pandemia. Há uma dificuldade crescente dos jovens de adentrar no mercado do trabalho. Existe a questão, que é internacional, da geração “Nem...Nem”, aqui no Brasil, inclusive, saíram dados recentes e preocupantes de pesquisas sobre esse tema. Também o aumento da informalidade, da terceirização, da precarização das relações de trabalho. Então, para concluirmos a nossa conversa: o que você vê como possibilidades de novos trabalhos neste mundo a partir da pandemia? Como favorecer que todos tenham, neste novo contexto, um trabalho digno e estável?

Bernhard. Para essa questão não posso responder de forma única, devem responder vários atores. Os primeiros são as escolas e as universidades, pois devem preparar os jovens a enfrentar este novo mundo do ponto de vista humano e profissional. Educar as pessoas a ter uma paixão pelo trabalho, mas não se limitar a esse trabalho. Esse lado humano deve exprimir-se no trabalho, mas não se deve deixar determinar pelo trabalho. Por um lado, isso é decisivo para o amadurecimento da pessoa, mas é também importante para que ela possa enfrentar as inúmeras mudanças que nos esperam. Depois há o lado das competências e dos conhecimentos. Sabemos que 60% das crianças que vão à escola agora vão ser trabalhadores de um ofício que não existe ainda. E então é preciso que as escolas e universidades façam um exame de consciência e se perguntem quais são as habilidades e competências necessárias para o futuro. Depois, há o mundo das empresas, que devem tornar-se locais de formação. Precisamos dizer claramente uma coisa: ou nós consideramos as empresas como atores a favor do bem comum, ou as consideramos “parasitas”. E esta suspeita de que elas só vivem para o lucro não nos faz bem. Pois é preciso dizer que elas são muito mais importantes do que elas mesmas pensam. A mudança vem através da valorização, não de denegrir a pessoa ou a empresa. Temos de dizer claramente que muitas empresas e empreendedores se subestimam diante do papel social que possuem. Tenho de enfatizar a responsabilidade de cada empresa, não puni-las por isso. E claro, algumas vezes é preciso pedir que elas mudem para favorecer que jovens sejam contratados, quer dizer, é preciso investir através das empresas no futuro dos jovens. Por exemplo, se uma empresa contratar jovens por dois anos, essa empresa deveria pagar uma porcentagem menor de impostos. Temos de criar um clima em que o investimento no jovem seja um investimento, não um custo. E isso requer um certo “clima cultural geral”, como já dissemos antes. Precisamos de tempo para tal, mas também de alguém que comece a criar esse clima. Queria fazer uma

observação geral sobre isso: nós não conseguiremos fazer com que as pessoas se tornem protagonistas de uma mudança – os empreendedores ou o pessoal da segurança, quem quer que seja – se usarmos o “bastão moral”. Devemos usar a valorização pela responsabilidade que eles têm e o bem que podem fazer. Toda pessoa pode fazer o bem! É disso que precisamos partir. Também do desejo da pessoa de fazer o bem. Este desejo pode estar enferrujado, ofuscado em embaixo do pó, mas existe! Precisamos fazer de tudo para que isso emergja com toda a sua força, pois é a garantia de uma política boa. Sem esse desejo a democracia não tem futuro, pois a democracia nasce de pessoas que querem assumir suas responsabilidades. E a responsabilidade vive desse desejo. Quando usamos a palavra “responsabilidade”, parece que temos um conceito moralista, mas a responsabilidade nasce do fato de eu responder ao que a vida pede. Posso responder com resignação, com rebelião, indignação, ou com um critério ideal que põe em movimento o meu “eu”. Então, diante do problema dos valores, não posso dizer que isso dependa apenas dos outros, isso depende também de mim. Nós temos de deixar de subestimar nossa vida, pois isso nasce do fato de que eu tenha dificuldade de fazer as coisas, mas por que estou no mundo? Apenas para ficar “olhando da janela”?

Raúl. Agradeço muito a você, Bernard. É um convite forte e claro para assumirmos o protagonismo na vida, de maneira consciente, sem voluntarismo, mas entendendo de onde nasce nossa iniciativa, esse desejo de bem, de responder aos desafios que a vida nos põe. É muito importante e oferece um horizonte e critérios muito claros para nós dentro da nossa liberdade, pensando nas eleições, que alguns de nós vão enfrentar na próxima semana; mas não só, pensando na nossa vida e na nossa participação na sociedade e no desejo de bem que todos nós temos. Agradeço a sua disponibilidade de manter esse diálogo conosco. Agradeço também a todos os amigos que colaboraram para a realização do gesto, câmeras, tradução, o pessoal da divulgação. Esta *live* foi organizada pela Revista Passos, que tem sua edição impressa e digital e todos os meses documenta a experiência cristã viva, capaz de responder às necessidades de mulheres e homens de hoje. Para quem quiser é possível assinar a Passos em <https://portugues.clonline.org/passos/assinaturas>.

O vídeo está disponível no canal YouTube de Comunhão e Libertação:
<https://www.youtube.com/comunhaoelibertacao>

(Notas não revistas pelos autores)